

AUTOGESTÃO E AUTONOMIA: ANALISANDO OS REFLEXOS DE PROCESSOS AUTOGESTIONÁRIOS DE PRODUÇÃO DE MORADIAS EM BELO HORIZONTE

Livia Maria Moreira de Morais¹

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Belo Horizonte, MG, Brasil

Heloisa Soares de Moura Costa²

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Belo Horizonte, MG, Brasil

Enviado em 16 abr. 2021 | Aceito em 9 nov.. 2022

Resumo: O objetivo do artigo é compreender o legado propiciado por processos autogestionários de produção de moradias em Belo Horizonte, na intenção de avaliar se o conteúdo autonomista que permeia o conceito de autogestão se concretiza. Quatro experiências belo-horizontinas foram analisadas a partir de entrevistas com pessoas diretamente envolvidas no processo produtivo: os conjuntos habitacionais Urucuia, Vilarégia e Serra Verde – resultantes de programas associados a políticas públicas de moradia – e a vila Eliana Silva, que nasce como uma ocupação urbana. Primeiramente discute-se o conceito de autogestão e de sua base sustentadora, a autonomia. Em seguida, revela-se como a autogestão é operacionalizada no nicho da produção de moradias. Posteriormente, elucida-se como acontece o processo de acesso à terra e o trabalho no canteiro de obras com a intenção de detectar os reflexos no cotidiano dos moradores em termos de sociabilidade, da organização social do grupo e da propensão ao engajamento político. As considerações finais indicam caminhos para que o potencial autonomista se alargue nas experiências de produção de moradias.

Palavras-chave: autogestão; autonomia; produção de moradias; consumo de moradias; Belo Horizonte.

AUTOGESTION AND AUTONOMY: ANALYZING THE REFLEXES OF AUTOGESTIONARY PROCESSES RELATED TO HOUSING PRODUCTION IN BELO HORIZONTE

Abstract: The article aims to understand the legacy of autogestionary processes related to housing production in Belo Horizonte, in order to evaluate whether the autonomist content that permeates its origin is accomplished. Four experiences were analyzed through interviews with people directly involved in the production process: the housing complexes Urucuia, Villarégia and Serra Verde – outcomes of public policy housing programs – and vila Eliana Silva, originated from an urban land occupation. Initially, the concepts of autogestion and autonomy are discussed, followed by the ways in which theory is put into practice in housing production. Subsequently, it elucidates the process of access to land and how labor on the construction site occurs; the intention is to detect its current daily life impact in terms of sociability, of the social organization of the group and of tendency to political engagement. Final considerations indicate paths to expand the autonomist potential in housing production experiences.

Keywords: self-management; autonomy; housing production; housing consumption; Belo Horizonte

1. Mestre em Geografia (UFMG); Arquiteta e Urbanista. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7149-2095>. E-mail: contato@liviamorais.com

2. Doutora em Demografia (UFMG); Professora titular do Departamento de Geografia - Instituto de Geociências, UFMG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0132-5918>. E-mail: hsmcosta@ufmg.br

AUTOGESTIÓN Y AUTONOMÍA: ANALIZANDO LOS REFLEJOS DE PROCESOS DE AUTOGESTIÓN DE PRODUCCIÓN DE VIVIENDAS EN BELO HORIZONTE

Resumen: El objetivo del artículo es comprender el legado proporcionado por procesos de autogestión de producción de viviendas en Belo Horizonte, para evaluar si se materializa el contenido autonomista que impregna el concepto de autogestión. Cuatro experiencias de Belo Horizonte fueron analizadas a través de entrevistas con personas directamente involucradas en el proceso de producción: los conjuntos habitacionales Uruçuia, Vilarégia y Serra Verde – resultantes de programas asociados a políticas públicas de vivienda – y la “vila Eliana Silva”, que nació como una ocupación urbana. Primero, se discute el concepto de autogestión y su base sustentadora, la autonomía. Luego, se revela cómo se operativiza la autogestión en el nicho de la producción de viviendas. Posteriormente, se dilucida cómo ocurre el proceso de acceso al suelo y el trabajo en la zona de obras con la intención de detectar los reflejos en el cotidiano de los residentes en cuanto a la sociabilidad, la organización social del grupo y la propensión al compromiso político. Las consideraciones finales indican caminos para que el potencial autonomista se expanda en las experiencias de producción de viviendas.

Palabras clave: autogestión; autonomía; producción de viviendas; consumo de viviendas; Belo Horizonte.



Introdução

Embora sejam diversas as concepções acerca do que seja a autogestão na produção da moradia, geralmente ela é compreendida no contexto brasileiro como sendo o controle, inclusive financeiro, de todo o processo produtivo por parte de um grupo de famílias – reunidas sob a forma de uma cooperativa, associação ou entidade – que serão as consumidoras do produto final, o empreendimento. Se falamos de empreendimento, estamos falando de um conjunto habitacional resultante de um programa ancorado em determinada política pública.

Ao contrário da autoconstrução³, que normalmente é movida apenas pela necessidade do morar, sem envolver uma consciência política sobre o trabalho que está sendo realizado, a autogestão possui cunho emancipatório. Na autogestão, interessa o aprendizado político contido neste exercício, a autonomia possibilitada aos participantes, e este cunho emancipatório que lhe é inerente chamou a atenção do movimento de moradia brasileiro dos anos 1980, que passou a pleitear, por meio de conferências instituídas de política urbana e pressão popular, a criação de um Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social que tivesse a pauta da autogestão como um de seus pilares, envolvendo-se com essa construção.

O resultado do envolvimento do movimento de moradia com a pauta da autogestão foi a incorporação da autoconstrução na política pública no intervalo entre o fim da década de 1980 e início de 1990. Nesse momento, alguns municípios brasileiros, dentre eles Ipatinga (MG) e São Paulo (SP), passam a oferecer programas que se constituíam em grupos de famílias associadas, reunidas em uma entidade não-governamental sem fins lucrativos, pleiteando recursos para gerirem a produção da moradia própria. Esta política pública recebeu o nome generalizado de “Autogestão”.

De modo distinto da autoconstrução, com o acesso a recursos provenientes de um fundo municipal e o controle do processo produtivo nas mãos das famílias, agora havia a possibilidade de contratação de uma figura diferenciada: a assessoria técnica, que detinha a responsabilidade técnica

³ A autoconstrução é ora utilizada como um conceito, de modo preciso, ora utilizada como um termo guarda-chuva, que pode (ou não) envolver a participação direta do proprietário na construção de sua própria casa, pode (ou não) envolver a contratação de mão de obra e pode (ou não) envolver trabalho coletivo. Será incorporada como política pública, conforme se verá adiante no texto.

da obra e, dispondo de conhecimento especializado, poderia contribuir de modo a garantir maior qualidade do espaço e dos materiais utilizados, além de assessorar o grupo envolvido na tomada de decisões.

Se não um dilema, pode soar ao menos contraditório pensar em autonomia dentro de uma política pública previamente configurada. Por este motivo, buscamos problematizar a usual compreensão do que seria a autogestão na produção de moradias ao trazer para o debate as *ocupações urbanas*, além das experiências resultantes de um programa inserido em determinada política pública.

O objetivo deste artigo é compreender o legado propiciado por processos autogestionários de produção de moradias em Belo Horizonte, de modo a verificar se o conteúdo autonomista que permeia sua origem se concretiza de fato. Quatro experiências belo-horizontinas foram analisadas: a) os conjuntos habitacionais Urucuia e Villarégia, pensados inicialmente para serem um conjunto único, b) o Residencial Serra Verde e c) a vila Eliana Silva. Urucuia e Villarégia são resultantes de um programa de produção de moradias municipal – o Programa de Produção de Conjuntos Habitacionais por Autogestão, aprovado em 1996. Já o Residencial Serra Verde, de 2012, é fruto de um programa de produção de moradias de âmbito federal, o Programa Crédito Solidário lançado em 2004. A quarta experiência, a vila⁴ Eliana Silva, que nasce como uma ocupação urbana em 2012, representa um contraponto à política habitacional. Desse modo, foi possível comparar graus de autonomia possibilitados por programas de esferas administrativas distintas, compostos por diferentes agentes, bem como compará-los a uma experiência que não seja fruto de uma política pública.

Figura 1 - Em sentido horário: Villarégia, Urucuia, Residencial Serra Verde e Vila Eliana Silva



Fontes: Acervo das autoras, 2018 (Villarégia, Urucuia e Vila Eliana Silva)
Acervo ASCA-BH, junho 2015 (Residencial Serra Verde)

⁴ Em Belo Horizonte, usa-se “vila” para diferenciar assentamentos que já tiveram algum nível de regularização e urbanização de outros que ainda não foram reconhecidos formalmente. A vila Eliana Silva nasce como uma ocupação urbana, porém, de 2015 em diante, seu reconhecimento começa a se dar de forma gradual a partir da instalação das redes elétrica e de abastecimento de água e esgoto. A formalização completa se dá via a elaboração de um Plano de Regularização Urbanística (PRU), instrumento previsto pela Política Municipal de Habitação. No caso da vila Eliana Silva, o PRU está em curso.

Para saber como a fase produtiva dessas experiências se reflete no cotidiano atual, o pré-morar⁵ de cada uma delas foi resgatado. O interesse está em identificar as eventuais consequências causadas pela participação do grupo envolvido quanto, por exemplo, à sociabilidade, ao engajamento na luta por direitos, à mobilização. Para compreender como se deu o pré-morar das experiências e, ao mesmo tempo, analisar os reflexos do processo produtivo no cotidiano das famílias, no segundo semestre de 2018 foram realizadas entrevistas roteirizadas tanto com pessoas diretamente envolvidas no processo de produção dos empreendimentos e da vila Eliana Silva, quanto na concepção do programa habitacional belo-horizontino⁶. Também foram realizadas visitas *in loco* aos empreendimentos e ocupação, para observações e apontamentos.

Retomar a discussão autogestionária é importante porque: a) a figura da assessoria técnica continua sendo importante nas experiências de produção coletiva de moradia; b) as ocupações urbanas surgem em Belo Horizonte com alguma frequência, o que sugere que a política habitacional não consegue suprir a demanda por moradia na cidade e c) em 2021 se completam 25 anos desde a aprovação do Programa de Produção de Conjuntos Habitacionais por Autogestão pelo Conselho Municipal de Habitação e entendemos que este intervalo se configura um bom distanciamento histórico para que se avalie este componente da política habitacional.

A próxima sessão apresenta as bases teóricas em torno do conceito de autogestão e de sua base sustentadora, a autonomia. A seguinte explica a operacionalização da ideia de autogestão na produção de moradias enquanto a sessão que a sucede debruça-se sobre o pré-morar, elucidando como se dá o processo de acesso à terra e o trabalho no canteiro de obras. Em seguida evidencia-se o cotidiano atual, analisando-o à luz do processo produtivo. As considerações finais indicam um cenário promissor para a autogestão ancorada na política pública, tendo em vista a recente revisão da Política Municipal de Habitação de Belo Horizonte, mas revelam padrões político-econômicos e socioculturais que limitam o avanço do ideal autogestionário. Ao mesmo tempo, oferecem algumas reflexões que caminham no sentido de aproximarmos-nos dele.

A indissociabilidade entre autogestão e autonomia

De acordo com os historiadores franceses Alain Guillerme e Yvon Bourdet (1976), a palavra autogestão surge no século XX, precisamente em 1960, para designar uma experiência ocorrida durante o governo de Josep Broz Tito, quando trabalhadores passam a operar o conjunto industrial da então Iugoslávia. No entanto, se a palavra autogestão surge apenas no século XX, a ideia provém do século XIX com o movimento operário internacional.

Preocupados com a leviandade com que o termo autogestão estava sendo utilizado, em 1976 Guillerme e Bourdet lançam o livro “Clefs pour l’autogestion” – “Autogestão: uma mudança radical” em português – com o objetivo de precisarem o conceito, comumente utilizado de modo leviano na concepção dos autores. Originalmente, a autogestão é um projeto emancipatório, uma

⁵ Entende-se por pré-morar tudo o que ocorre tanto previamente à execução propriamente, como eventuais negociações com o poder público e a resolução do acesso à terra, quanto durante sua própria execução, quando se instala o canteiro de obras e as pessoas constroem coletivamente o espaço onde irão morar.

⁶ Entrevistas realizadas com a) moradores que participaram do processo de produção de seus próprios conjuntos ou ocupação, b) lideranças do movimento de moradia, c) membro de assessoria técnica e, por fim, d) técnico, à época, do órgão responsável pela implementação da política habitacional de Belo Horizonte envolvido na concepção do Programa de Produção de Conjuntos Habitacionais por Autogestão. Todos os entrevistados serão identificados com nomes fictícios ao longo do texto.

transformação da sociedade nos planos econômico, social e político. A materialização da autogestão, então, requeria uma mudança radical da sociedade. A autogestão seria um passo adiante do cooperativismo; enquanto o cooperativismo significa trabalhadores associando-se autonomamente sem haver distinção entre capital e trabalho, a autogestão radicalizaria esta ideia: ao invés de cooperativas distribuídas de modo isolado, haveria a formação de um verdadeiro sistema cooperativo (GUILLERM; BOURDET, 1976).

Segundo a argumentação da dupla francesa, são dois os fundamentos da autogestão: a igualdade entre as pessoas e a autonomia. Para explicarem o primeiro, recorrem ao filósofo René Descartes⁷ (1946 apud GUILLERM; BOURDET, 1976, p. 49), que comenta que os seres humanos possuem uma essência comum, a “vontade infinita”. Se “nenhum infinito pode ser maior que outro”, essa vontade os iguala. Logo, se todos são iguais, não há razão de ser para existirem dirigidos e dirigentes. Consequentemente, se existe Estado no cooperativismo, na autogestão ele inexistente.

O segundo ponto da autogestão é a autonomia e desta vez a dupla francesa apoia-se no pensamento do filósofo Jean-Jacques Rousseau, que teoriza sobre o contrato social, que diz respeito à forma como um dado corpo social deve se estabelecer para não suprimir a liberdade individual dos sujeitos e, ainda assim, preservar uma vontade geral. Na teoria do contrato social, um dado corpo social cria, por meio de um contrato e em conjunto, uma lei que vai servir de guia para aquele mesmo grupo sem que isso resulte em assimetria de poder (ROUSSEAU⁸, 1943 apud GUILLERM; BOURDET, 1976). Em termos práticos, trata-se da materialização da autonomia.

No século XX, um dos teóricos que se concentra nos estudos sobre autonomia é o filósofo Cornelius Castoriadis, que visualizava um pensamento político-filosófico para a sociedade o qual ele denominava “projeto de autonomia”. A materialização desse projeto consistiria na ruptura da dicotomia dominantes-dominados: os primeiros, uma minoria, são os determinadores de regras, regras estas a serem seguidas pelos segundos, que consistem em uma maioria. Esta superação se obtém quando a camada subjugada se emancipa da camada dominante, autoinstituindo-se por completo, passando a fixar suas próprias necessidades e técnicas, antes controladas por outrem (CASTORIADIS, 1981).

No Brasil, o geógrafo Marcelo Lopes de Souza, estudioso da teoria de Castoriadis, se debruça sobre a autonomia dentro do universo do planejamento urbano. Souza (2010) entende que seu teórico mentor não conseguiu operacionalizar o projeto de autonomia com o qual esteve comprometido em desenvolver. A partir dessa lacuna, Souza (2006, 2010) propõe uma escala de avaliação tendo como base uma relação entre Estado e sociedade civil, definindo oito possíveis níveis de participação popular.

Não cabe aqui explicar os oito níveis propostos. No entanto, interessa esclarecer que, à medida que os níveis avançam, em teoria⁹ também avança o grau de autonomia possibilitado pela interação e, ainda, que o último nível na escala de participação popular é justamente denominado Autogestão. Na Autogestão o Estado não existe porque não há razão que justifique a existência de uma instância de poder acima do restante da sociedade; a dicotomia dirigidos-dirigentes foi superada afinal. Alcançar esse nível significa uma mudança radical de estrutura porque demanda que a autonomia seja considerada uma máxima da sociedade.

Se Souza (2006, 2010) crê ser possível haver diferentes graus de autonomia dentro de um contexto de participação popular, Silke Kapp e Ana Paula Santos – que estudam a autonomia na

⁷ DESCARTES, René. *Oeuvres*. Paris: Ed. A. Bridoux / Gallimard, 1946.

⁸ ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Du contrat social*. Paris: Aubier-Montaigne, 1943.

⁹ Em teoria porque Souza (2006) afirma que, na prática, um nível acima na classificação que ele propõe, a depender do contexto, pode resultar em um nível de participação menor que o anterior.

produção de moradias a partir da ótica do cotidiano dos moradores – discordam. Para elas, a autonomia é contrária à participação; a participação pressupõe a existência de duas partes essencialmente distintas entre si, com funções incompatíveis: uma que controla o processo e outra que participa sob a existência de normas que já foram previamente estabelecidas. Tomar decisões em um contexto em que as opções já estão dadas e expostas sem a possibilidade de proposição, não significa dispor de autonomia de fato (KAPP; SANTOS, 2012).

A partir da compreensão dessa base teórica, podemos avançar no nicho que interessa neste artigo, a produção de moradias. Se originalmente a autogestão apresenta cunho político e emancipatório, exigindo uma verdadeira reestruturação da sociedade para se materializar de fato, veremos que na produção de moradias a ideia autogestionária é incorporada sem que haja qualquer contestação do *status quo*.

Autogestão na produção de moradias

Até aqui, debateu-se o conceito, a ideia original de autogestão, o que é considerado ideal no plano teórico. No entanto, a ideia autogestionária foi operacionalizada no Brasil no nicho da produção de moradias. No fim dos anos 1980, bastante estimulado pelo clima otimista gerado pela Constituição de 1988, será implementado em São Paulo, durante a gestão de Luiza Erundina (1989-1992), um programa exclusivamente formatado para a operacionalização de mutirões autogeridos, o FUNAPS - Comunitário. Simultaneamente, durante a gestão do prefeito Chico Ferramenta (1989-1992), também foi lançado na cidade mineira de Ipatinga um programa ancorado em uma política habitacional movido pelo ideal autogestionário. De 1993 a 1996, período correspondente às segundas gestões municipais após a aprovação da Constituição Federal, Belo Horizonte também foi palco, durante a gestão de Patrus Ananias, da elaboração de um programa de produção de moradias com base na autogestão. Este programa, inspirado na experiência de Ipatinga, recebeu o nome de Programa de Produção de Conjuntos Habitacionais por Autogestão e era um dos componentes da então recém instituída Política Municipal de Habitação, aprovada em 1994 e estruturada a partir de um Sistema Municipal de Habitação¹⁰. Nos conceitos de sua elaboração, estavam a participação, a equidade, a solidariedade e a ajuda mútua como base do processo formativo das famílias associadas.

O programa municipal belo-horizontino envolvia os seguintes participantes: agente operador, grupo associado, assessoria técnica e associado. O primeiro era o órgão responsável pela implementação da política habitacional em Belo Horizonte, a Urbel. A função do grupo associado perpassava a elaboração dos projetos e o planejamento, execução e administração financeira das obras. A assessoria técnica, como o nome sugere, se encarregava de assumir a responsabilidade técnica do empreendimento e, por último, o associado era responsável por contratar com a Urbel um financiamento de contrato individual para aquisição da moradia após a execução do conjunto. Os recursos eram provenientes do Fundo Municipal de Habitação Popular.

Se o intervalo entre o fim da década de 1980 e meados dos anos 2000 foi marcado principalmente por experiências autogestionárias de produção de moradias mediadas pelo poder municipal, em 2004 é lançado o Programa Crédito Solidário (PCS), programa de âmbito federal que

¹⁰ O Sistema Municipal de Habitação era composto por três elementos: a) a Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (Urbel), agente proponente e executor da Política Municipal de Habitação, além de gerir os recursos do b) Fundo Municipal de Habitação, com a função de financiar, subsidiar e implementar projetos e programas habitacionais voltados para a população cuja renda mensal era de até 5 salários mínimos e c) Conselho Municipal de Habitação, órgão de caráter deliberativo quanto às políticas, planos e programas destinados à produção de moradias, além de ser responsável pela curadoria do fundo citado.

se declarava afeito à autogestão. No PCS, a Caixa Econômica Federal estava na condição dupla de agente operador do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), de onde vinham os recursos do programa, e de agente financeiro; o então existente Ministério das Cidades encontrava-se na função de agente gestor dos recursos do FDS; governos estaduais, municipais e do Distrito Federal, companhias de habitação ou outros órgãos assemelhados assumiam a condição de agente organizador, fomentador ou facilitador dos conjuntos e, finalmente, empresas privadas da construção civil encaixavam-se na posição de agentes executores.

À medida em que os programas federais foram se consolidando, as experiências brasileiras capitaneadas pelos municípios foram se extinguindo, a ponto de ser possível distinguir as experiências em duas gerações de empreendimentos: a primeira composta por conjuntos resultantes do programa municipal belo-horizontino enquanto os vinculados ao Programa Crédito Solidário pertencem ao que se entende por uma segunda geração. Contudo, a concepção de autogestão permanece a mesma: o completo controle do processo produtivo nas mãos de famílias associadas que, após a conclusão das obras, se tornam as consumidoras do empreendimento.

Na segunda geração de empreendimentos, a Secretaria Municipal Adjunta de Habitação iria assumir o papel que a Urbel desempenhava na primeira: a execução da Política Municipal de Habitação, o que incluía a execução dos programas voltados à produção de moradia durante parte da segunda geração. No dia a dia da produção, isso significava que, ao invés de técnicos da Urbel acompanhando os trabalhos, técnicos da SMAHAB faziam as visitas.

De início, evidencia-se uma contradição em relação ao conceito original de autogestão: quando operacionalizada na produção de moradias, ela faz parte de uma política pública, portanto ofertada pelo Estado. Mas não é possível haver Estado de acordo com a ideia autogestionária original, lembremos a precisão conceitual de Guillerme e Bourdet (1976). Se, contudo, a autogestão perde parte de seu conteúdo radical ao aproximar-se da realidade, ao ser materializada na forma de um programa associado a uma política pública, isso não significa que o potencial emancipatório será completamente extinto. Neste ponto está o interesse do texto, desvendar os graus de autonomia encontrados ao longo de um processo de produção de moradias autogestionário, considerando desde seu início até depois de finalizado. Em outras palavras, objetiva-se compreender os ganhos e limitações em direção à autonomia do grupo envolvido em um processo autogestionário de produção de moradias.

Cabe aqui ressaltar um aspecto importante associado ao exercício da autogestão, que o economista Paul Singer diz ser o que há de mais valioso no processo:

A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura (SINGER, 2002, p. 21).

Tendo como base o princípio do desenvolvimento humano destacado por Singer (2002), neste artigo entende-se a autogestão na produção de moradias como sendo processos que, apostando em decisões coletivas, na compreensão da globalidade do processo e no direito à experimentação, almejam que as mudanças introduzidas nas relações de produção propiciem a modificação das próprias relações de uso do espaço. A partir desta concepção, reconhecemos dois tipos de processos autogestionários: a) via produção habitacional e b) via produção de cidade (MORAIS, 2019).

Nos processos autogestionários via produção habitacional, as experiências são resultantes de programas de políticas públicas, portanto o Estado é um dos principais agentes envolvidos. Já os processos aqui denominados via produção de cidade são centralizados na figura dos moradores,

assessorados ou não por técnicos e/ou movimentos sociais. Embora não haja vínculos iniciais com políticas públicas, acordos podem ser feitos esporadicamente com o poder público. A concepção de produção de cidade advém do conceito de direito à cidade cunhado por Henri Lefebvre (2011), que representa o direito de produzir, se apropriar e usufruir da cidade – máxima almejada pelas ocupações de terra urbanas.

Dentre outras experiências, Urucuia e Villarégia são empreendimentos resultantes do Programa de Produção de Conjuntos Habitacionais por Autogestão. Já o Residencial Serra Verde (RSV) é outro empreendimento resultante de um programa de política pública, no entanto arquitetado pelo governo federal. Em todos eles, o grupo associado era a Associação dos Sem-Casa do Bairro Betânia e Regiões de Belo Horizonte (ASCA-BH).

Lourenço (2014), arquiteto que assessorou uma série de ocupações urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte, nota que os grupos de sem-casa estavam esperançosos com a conquista da casa própria pela via institucional até 2006, afinal em 1994 havia sido aprovada uma nova Política Municipal de Habitação. Essa oferta de possibilidades fez com que os ânimos se acalmassem por um tempo. Com o passar dos anos, contudo, percebeu-se que a política habitacional não estava respondendo à demanda por moradia existente. O ano de 2006, então, representa a retomada da ação direta organizada, novas ocupações urbanas surgem pela cidade. A ocupação Eliana Silva foi uma delas, nascida em 2012.

Não havendo vínculos iniciais com políticas públicas no caso de ocupações urbanas, esta condição resulta em uma necessidade constante de estabelecer parcerias para que se obtenham melhorias espaciais concretas. O resgate da história da Eliana Silva revela a presença de, sobretudo, três agentes parceiros: apoiadores, técnicos e o movimento social, cada qual desempenhando um papel exclusivo.

A função dos apoiadores é intimamente relacionada à mobilização de recursos, além de contribuírem com poder simbólico e de comunicação – e o maior exemplo dessa parceria frutífera será a construção de uma creche mantida por mulheres, viabilizada por meio de financiamento coletivo. Já os técnicos garantem a expertise técnica, naturalmente, além de apoio político. No caso da Eliana Silva, o apoio técnico advém do grupo Praxis, grupo de pesquisa composto por professores, colaboradores e discentes de graduação e pós-graduação da Escola de Arquitetura da UFMG. Por meio de projeto de pesquisa financiado por agências de fomento, conseguem “promover a transferência e comunicação de informações”¹¹ à vila desde 2012, quando a Eliana Silva ainda era uma ocupação. Este apoio técnico não é imposto, mas solicitado, por isso é entendido como uma parceria.

O movimento social intimamente ligado à vila Eliana Silva é o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, que garante importante apoio político aos moradores. Os moradores não coincidem inteiramente com o MLB, o que significa dizer que todos os moradores são afiliados ao movimento, mas o movimento não é composto apenas por esses moradores. Na verdade, o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas tem abrangência nacional, com atuação em mais de dez estados brasileiros, e é composto também por jovens de classe média que não moram na vila.

Tendo sido esclarecidas as diferenças entre os tipos de processos autogestionários e os agentes que permeiam cada uma das experiências estudadas, podemos avançar para o pré-morar, desvendando como se dá o processo de negociação com o poder público, o acesso à terra e a produção da moradia propriamente dita.

¹¹ Extraído do blog “Eliana Silva - diálogos na comunidade Eliana Silva”. Sobre. Disponível em: <<https://dialogoselianasilva.wordpress.com/sobre/>>. Acessado em: 31 jan. 2021.

Primórdios e dinâmica no canteiro

Uma série de empecilhos foram impostos ao Urucuia e ao Villarégia antes mesmo do início das obras, em 1997. Inicialmente, foi preciso que as famílias associadas ocupassem o prédio da Prefeitura de Belo Horizonte para que a assinatura do contrato da autogestão fosse alcançada. Nas palavras de Ana¹² (2018), a morosidade da assinatura ocorreu “por causa da insegurança que se tinha de passar recurso para pessoas pobres, né, que nunca tinham feito uma gestão de recurso público”. Outro percalço enfrentado refere-se à reação da vizinhança, que, quando soube que o terreno adjacente seria ocupado por famílias de baixa renda, mobilizou figuras políticas e até mesmo membros da igreja para impedi-lo. Para desmistificar o estigma que pairava sobre elas, as famílias associadas tiveram de se mobilizar, bater de porta em porta para realizar um verdadeiro trabalho de convencimento junto aos vizinhos.

Urucuia e Villarégia foram pensados para ser um único conjunto. No entanto, após contornarem o empecilho com a vizinhança, outro desafio estava à espera das famílias: uma parte do terreno comprado havia sido vendido duplicadamente. A imobiliária, então proprietária do terreno, havia vendido uma das quadras tanto para os futuros moradores quanto para outras famílias sem vínculos com a ASCA-BH. Desse modo, as quase 300 famílias que estavam previstas para um mesmo empreendimento tiveram de se dividir, nascendo o Villarégia com 80 unidades. No Villarégia, os futuros moradores tiveram ainda dificuldades com a liberação da primeira parcela de recursos devido a atrasos em relação à assinatura do convênio que permitiria a disponibilização do dinheiro público para fins de construção do empreendimento. A saída encontrada pelo grupo foi obter um empréstimo junto a um fundo rotativo da igreja católica, dada a urgência em morar das famílias.

No canteiro, a equipe era dividida entre dois grupos: obras e administração. O primeiro se encarregava da execução do cronograma de obras propriamente dito, incluindo os trabalhos de movimentação de terra, execução da estrutura, da alvenaria, confecção de lajes, estruturação do telhado, instalação da rede elétrica, etc. Outras tarefas – não menos importantes – também eram de responsabilidade do grupo de obras, ocorrendo de modo concomitante ao avanço do cronograma, como o preparo prévio do canteiro, a produção de alimentos para o consumo dos participantes durante o dia de trabalho, a limpeza do local, a vigília da obra, o controle das ferramentas. Todas essas tarefas eram distribuídas de acordo com a inclinação da pessoa ao trabalho; os próprios participantes escolhiam as tarefas com as quais se sentiam mais confortáveis para contribuir. Já o grupo da administração cuidava do gerenciamento como um todo do empreendimento, incluindo a gestão dos recursos, coleta de assinaturas quando necessário e contatos diretos com a Urbel.

Os futuros moradores dos três conjuntos habitacionais analisados compunham as chamadas Frentes de Trabalho Remuneradas (FTR), isto é, dispunham de sua própria mão de obra nos trabalhos do canteiro. Durante os dias de semana, cumprindo 8h de trabalho por dia, eram pagos pelo trabalho desenvolvido independentemente de sua qualificação e de acordo com a afinidade que tinham com as tarefas a serem desenvolvidas. Serviços distintos eram remunerados igualmente, sem qualquer distinção de relevância; pessoas envolvidas em atividades identificadas como “apoio”, por exemplo – levar água para quem estivesse sob o sol, preparar os alimentos, limpar o canteiro – recebiam como aquelas envolvidas em atividades consideradas mais braçais, realizadas tanto por homens quanto mulheres. Na primeira geração de empreendimentos, a Urbel, na função de agente

12 Nome fictício usado para identificar a presidente da ASCA-BH durante parte da primeira geração de empreendimentos e coordenadora do braço mineiro da União Estadual por Moradia Popular (UEMP) durante a segunda geração. É atual moradora do conjunto Villarégia. Entrevista realizada em set. 2018.

operador, comparecia semanalmente ao canteiro para fazer as devidas medições do que havia sido cumprido do cronograma para remunerar as pessoas envolvidas. Já na segunda geração, este papel era desempenhado pela SMAHAB. Aos finais de semana, as famílias associadas se reuniam em regime de mutirão, não remunerado devido ao intuito de baratear os custos da produção. A associação de moradores, a ASCA-BH, era assessorada por técnicos que eles próprios contratavam, mas que passavam inicialmente pelo crivo da Urbel/SMAHAB. A equipe de obras, além de respaldada pela assessoria técnica, sempre contava com um líder de cada equipe, que já conhecia previamente aquele ofício.

Resgatando a concepção de autogestão na produção de moradias que norteia este artigo, isto é, a compreensão global do processo, a ocorrência de decisões coletivas e o direito à experimentação, no Urucuia e no Villarégia a compreensão global do processo se materializava, por exemplo, no acompanhamento da produção por parte das famílias, possibilitando o questionamentos em tempo real caso necessário, em visitas realizadas entre conjuntos habitacionais com a intenção de troca de aprendizados – uma forma, ao mesmo tempo, de se reconhecerem parte de um todo – e, ainda, nas reuniões ao fim de cada mutirão, que funcionavam como momento de repasse e de reflexão sobre o trabalho realizado.

As decisões coletivas se faziam valer quando as famílias escolhiam, dentro das possibilidades do orçamento, os itens que comporiam suas respectivas casas ou mesmo quando cada equipe de obras se reunia previamente ao dia de trabalho para deliberar sobre a melhor maneira de executar o que estava previsto. Joana¹³ (2018) relembra: “Tudo que se ia fazer aqui tinha uma assembleia pras famílias e elas escolhiam”.

Apesar de haver certa liberdade de atuação, a Urbel exigia que o cronograma de obras fosse impreterivelmente respeitado, inviabilizando qualquer proposta que divergisse do que havia sido combinado inicialmente. Se a compra de esquadrias estava prevista para o mês de julho, por exemplo, a associação não tinha abertura para propor que o pedido fosse adiantado para o mês de maio. A fala de Lúcia¹⁴ (2018), arquiteta que assessorou tecnicamente a produção do Urucuia, do Villarégia e do Residencial Serra Verde, ilustra essa situação:

Aqui em BH, a gente tentou fazer o mesmo [comprar esquadria primeiro, como ocorreu em Ipatinga] e não conseguiu. Tivemos que gastar dinheiro fazendo gabarito pra depois ter o trabalho de quebrar, instalar... Coisas que poderiam ser um ganho em termos de técnicas construtivas, mas que você ficava tão cerceada... ‘Ah não, esquadria só tá lá no mês 8, não pode trocar’.

Já o direito à experimentação fazia-se visível no emprego de mão de obra feminina diretamente no canteiro, na possibilidade de proposição dentro de cada equipe de obras e na divisão dos trabalhos baseada na afinidade com as tarefas. De acordo com Ferro (1982), a livre associação entre os trabalhadores é exatamente o que diferencia um canteiro livre de um heterônimo, porque ela facilita o crescimento de um poder político e a formação de identidades.

No Residencial Serra Verde, a dinâmica no canteiro se repete com alguns ajustes. Os entraves enfrentados antes do início das obras, contudo, se complexificaram. Inicialmente, a Prefeitura de Belo Horizonte alegava que não havia terreno público disponível, sendo que, posteriormente, descobriram-se vários terrenos, inclusive bastante bem localizados. Após o então prefeito Fernando Pimentel ceder

13 Nome fictício usado para identificar membro da coordenação geral da ASCA-BH na época da primeira geração de empreendimentos e presidente durante a produção do Residencial Serra Verde. É atual moradora do Villarégia e vice-presidente da ASCA-BH. Entrevista realizada em ago. 2018.

14 Nome fictício. Entrevista realizada em jul. 2018.

um terreno para a realização do empreendimento, foi a vez de um embate com o governo do estado. Uma vez localizado dentro de área prevista para abrigar um parque ecológico acoplado à Cidade Administrativa, ainda por ser construída, o governador de Minas Gerais se opunha à instalação das famílias. Nas palavras de Ana (2018):

Serra Verde (...) o Aécio Neves tinha desapropriado aquele terreno lá pra fazer a Cidade Administrativa. E a gente não sabia, porque ainda não tinha Cidade Administrativa (...). E a gente foi assinar contrato e os cara: "Não, não vai assinar contrato". (...) Depois é que eu vim a saber (...). Ele [Aécio] não queria que a gente ficasse lá, (...) queria (...) pegar o nosso terreno, que ia ser a entrada do parque deles lá, pra Cidade Administrativa.

Em outro momento, a disputa foi com a Igreja Católica, que mirava o terreno previsto para a instalação do RSV para abrigar a construção da Catedral Cristo Rei. O Ministério das Cidades, órgão gestor dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Social, precisou intervir para que outro local fosse eleito para a instalação do templo.

No período do PCS, correspondente à segunda geração de empreendimentos, a CEF exigia que os participantes tivessem certidão negativa no SPC e SERASA para que pudessem pleitear uma vaga no processo de seleção do programa, conduta que inviabilizou a participação de muitas famílias de antemão. Relatos de Mário¹⁵ (2018) indicam que existiram cobranças mais ferrenhas e maior cerceamento das liberdades durante a segunda geração de empreendimentos e a fala de Silva (2013, p. 209), que conta sobre sua experiência com canteiros autogestionários belo-horizontinos em tese de doutorado, também é bastante ilustrativa nesse sentido:

Ao extrapolar as fronteiras municipais e conquistar o Programa de Crédito Solidário, assistimos ao aniquilamento da autogestão. Pudemos sentir aí a força dos interesses hegemônicos, incluindo o indispensável apoio das classes de serviço das instituições intervenientes para eliminar, de vez, a incômoda concorrência dos próprios destinatários das casas, agora instrumentados com parâmetros próprios de custo e qualidade da habitação para contrapor aos parâmetros, até então inquestionáveis da iniciativa privada. (...) Ainda que experimentássemos alguma liberdade de ação, estávamos atrelados a regras e controles técnicos que, em última análise, exerciam seu poder de liberar ou não serviços, medições e liberação de pagamentos, como ficaria patente no PCS, mediante medidas autoritárias de retenção de recursos de contratos já assinados, por parte da Gerência Institucional de Desenvolvimento Urbano – GIDUR, da Caixa Econômica Federal.

Além do tratamento diferenciado entre as gerações de empreendimentos, Lúcia (2018) também percebe uma postura diferenciada entre o tratamento do órgão executor em relação às empreiteiras e aos empreendimentos autogestionários e exemplifica com a história da construção de um muro de arrimo no RSV:

Eu trabalhei na Prefeitura de BH e eu negociava com as empreiteiras. A gente tinha uma reunião de obra toda semana. "Isso aqui não tava previsto". "Ah, não? Quanto que é?" "Tanto". "Ah, então lança". (...) A história do muro [de arrimo], impediram a gente de executar o primeiro mês de obra no ritmo previsto, pra atrasar as medições. E o povo [técnicos da SMAHAB] pedindo via, uma via, pediam foto e mais vistoria... Então primeiro mês praticamente de obra, a gente ficou tentando resolver coisa que não era nossa e que impedia a obra.

Dentre os cerceamentos encontrados durante a produção do RSV, estava o fato de que a ASCA-BH não podia contratar técnicos isoladamente, por exemplo, de modo que os técnicos deveriam ser

¹⁵ Nome fictício usado para identificar membro do corpo técnico da Urbel durante a primeira geração de empreendimentos e membro do corpo técnico da SMAHAB durante parte da segunda geração. Entrevista realizada em set. 2018.

vinculados a uma empresa com CNPJ; poucos futuros moradores trabalharam no canteiro de obras nos dias de semana porque, ao contrário da situação anterior verificada no Villarégia e no Urucuia, a SMAHAB não permitia que as pessoas trabalhassem nos dias de semana sem carteira assinada, como havia sido possível com as Frentes de Trabalho Remuneradas quando da vigência do programa municipal; a CEF tampouco permitia áreas destinadas a comércio dentro do empreendimento, ainda que esta proibição não encontrasse respaldo na lei de uso e ocupação do solo de Belo Horizonte.

Percorrido o período de um ano em que a obra do RSV ficou parada enquanto a CEF analisava um pedido de correção monetária do empreendimento encaminhado pela ASCA-BH, as obras migraram para a modalidade gestão pública, modalidade de gestão prevista pela Política Municipal de Habitação que significa o gerenciamento de todo o processo produtivo por parte do poder público, o que inclui a escolha e compra do terreno, a elaboração de projetos, a execução das obras e serviços e o acompanhamento do empreendimento após finalizado (BELO HORIZONTE, 1994). A partir da gestão pública, interrompeu-se o trabalho iniciado pelos futuros moradores, que ficaram impossibilitados de manter qualquer contato com o canteiro de obras.

Os entraves institucionais foram tantos que, na visão de Mário (2018), este foi um dos motivos mais consideráveis do esfacelamento da autogestão. O entrevistado conta que, na primeira geração de empreendimentos, a cultura institucional arraigada dificultava lidar com a novidade. Segundo o entrevistado, na segunda geração, então, a burocracia da Urbel foi somada à da Caixa; apesar de a instituição federal ter um presidente com ideias progressistas, seu corpo técnico e gerencial era mais conservador.

A partir de 2009, o Programa Crédito Solidário vivencia uma queda significativa do número de empreendimentos contratados por ano em razão do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, programa de âmbito nacional lançado durante a primeira gestão de Lula na presidência que também se constitui em famílias consideradas de baixa renda organizadas e produzindo a própria moradia. Segundo Ferreira (2012), as condições de financiamento do PMCV-Entidades eram mais vantajosas do que as oferecidas pelo PCS. Para Mário (2018), a efemeridade do Crédito Solidário ocorreu devido ao lobby da construção civil, que se armou e desarticulou essa iniciativa.

No contraponto à autogestão via política habitacional, está a vila Eliana Silva. Ao contrário dos empreendimentos, que tiveram uma fase de produção com início, meio e fim definidos, a vila contempla uma fase de produção estendida no tempo, sem limites muito claros. A então ocupação nasceu em 2012 auxiliada por outras ocupações vizinhas, a Camilo Torres e a Irmã Dorothy, que prestaram apoio moral e abasteceram os moradores com água durante todo o período em que a polícia militar, durante processo de reintegração de posse, estabeleceu um raio de contenção de 1km, mantendo completamente cercado o grupo de famílias ocupantes; ninguém saía ou entrava desse limite estabelecido pela força policial. Este cerco esgarçou os ânimos do grupo, terminando por dissipar a resistência dos moradores. Exaustos, os ocupantes cederam à pressão policial. Paulo¹⁶ (2018) descreve o uso desmedido da força institucional:

Era uma estrutura pra acabar com o movimento, pra botar terror – 400 policiais, cavalo, cachorro, helicóptero, caveirão, o GATE [ênfase], os cara encapuzado... Foi uma estrutura de guerra mesmo, pra poder tirar o povo. (...) Nós ficamos (...) 40 e tantas horas resistindo no terreno, (...) ninguém entrava ninguém saía, mãe impedida de amamentar a criança por 30 e tantas horas... Enfim, uma barbárie.

Se esta primeira investida não foi bem-sucedida, três meses depois as mesmas famílias se reúnem para ocupar um novo terreno, próximo ao primeiro. O apoio inicial das ocupações vizinhas já

¹⁶ Nome fictício atribuído a uma liderança local e membro da coordenação do MLB. Entrevista realizada em nov. 2018.

evidenciava uma rede de resistência em formação na cidade. A fala também de Paulo (2018) evidencia uma característica autogestionária, a compreensão global do processo:

A Eliana conquistou [água] e a gente falou: "Mas tem mais três ocupações que tão no mesmo nível, sendo que três são mais antigas que a Eliana Silva. Então, se vocês tão fazendo aqui, tem que fazer na Dandara, na Camilo e na Dorothy". E foi feito. A luz entrou agora, Dandara tá começando a ligar a luz. Foi fruto da vitória que nós tivemos do MLB, de luta mesmo, sem tá diretamente... E a luta que eles fizeram também, historicamente e tal.

Uma das primeiras tarefas coletivas era a abertura de vias, seguindo o plano urbano que já havia sido definido previamente¹⁷. Todos que dispunham de força física participavam desta etapa, considerada primordial para as demais visto que, a partir dela, se daria a demarcação dos lotes e a instalação dos equipamentos de uso coletivo.

Para se instalarem de imediato no terreno, as famílias se dividiam em comissões, dentre elas as de limpeza, vigília/segurança, organização, creche, construção, cozinha. Definida a comissão de construção, era o momento de construir os equipamentos de uso coletivo – cozinha, creche, sanitários compartilhados. Em lona inicialmente, dada a urgência em suprir aquela determinada necessidade, iam sendo substituídos por estruturas em madeirite.

O estabelecimento de comissões ilustra o direito à experimentação, característica comum às experiências autogestionárias. Era o envolvimento com as comissões o que ditava a distribuição dos lotes: as pessoas que mais contribuía com cuidados diários para com a ocupação eram as que escolhiam primeiro o lote para morar. Assim como ocorria no ciclo produtivo das experiências resultantes de programas habitacionais, a escolha das comissões ficava a cargo de cada morador, a depender de sua familiaridade com a tarefa, e essa definição ocorria em assembleia.

As assembleias de moradores são consideradas fundamentais na dinâmica da vila Eliana Silva. Inicialmente mais frequentes devido à urgência das questões a serem resolvidas, elas sempre cumpriram o papel de espaço para a discussão – uma forma, nas palavras de Paulo (2018), de se fazer uma "democracia popular". Desde quando a Eliana Silva era uma ocupação, existe uma coordenação local – geralmente responsável por projetar a vila para fora, ou seja, estabelecer contatos com o poder público e com apoiadores, além de mobilizar o grupo quanto a algum assunto específico da vida cotidiana. Alguns desses coordenadores fazem parte também da coordenação do MLB e essa hierarquia é presente nas assembleias. A votação, porém, é universal e o peso dos votos é igual para todos os participantes. Lembrando a tríade da autogestão, pode-se dizer que essas reuniões se enquadram na prioridade a decisões coletivas.

A ocupação consegue se manter como uma célula relativamente independente do Estado, os pontos de contato existentes geralmente são atrelados a melhorias de infraestruturas básicas. Esses pontos de contato, no entanto, sempre parecem envolver algum tipo de tensão, conforme o caso da instalação de energia e de água na ocupação sugerem.

No caso da instalação da rede elétrica, moradores ocuparam a Câmara Municipal e a sede da Prefeitura de Belo Horizonte em um dia de evento da própria Prefeitura, a fim de pleitearem a ligação de energia, um problema que se fazia presente desde o início da ocupação. Após essa pressão popular, postes de luz foram finalmente instalados no local, quatro anos após o nascimento da ocupação. Para a instalação da rede hidráulica, Paulo (2018) relata que, tendo faltado água na região da Eliana Silva por dez dias seguidos, o Ministério Público entrou com uma ação contra a Companhia

17 Plano urbano é o desenho técnico que dispõe sobre o parcelamento do solo e o arruamento. No caso da ocupação Eliana Silva, ele foi elaborado conjuntamente por moradores, militantes do MLB, graduandos de Arquitetura e Urbanismo e arquitetos colaboradores.

de Saneamento de Minas Gerais (COPASA-MG) e a Prefeitura, que foram obrigadas a fazer a ligação da rede. No entanto, a COPASA começa a cumprir o acordo fornecendo somente um caminhão pipa e, mais uma vez, falta água por quase dez dias na ocupação. A negociação com o poder público, mais uma vez, envolveu pressão popular:

Aí o caminhão pipa chegou, nós pedimos pra encher a caixa d'água e ele não enchia. (...)Aí um olhou pro outro e falou: "Ah, vamos deixar esse caminhão sair não?" (...)Aí convidou o motorista, de boa, ele desceu, almoçou... Só falou com ele: "Liga pro seu chefe e fala aí pra ele ligar pra COPASA e dizer o seguinte: 'caminhão pipa só sai daqui inteiro se ligar a água'". (...) Esse caminhão continuou lá e chegou no Superintendente da COPASA. Aí ele ligou no final do dia, pediu: "Libera o caminhão, a COPASA vai ligar água". (...) E aí a gente disse: "Perfeito, mas você vai vim aqui dizer isso pro povo. Aí a gente vai liberar o caminhão, mas esse caminhão vai ter que voltar e, se vocês não cumprirem, a situação vai ser outra". (...) No outro dia foi a maior assembleia que eu já vi, da região, acontecer. O Superintendente foi e (...) disse: 'Vai ser ligada a água' (Paulo, 2018).

O resgate do período produtivo dos empreendimentos e da vila revela uma ênfase no trabalho coletivo, um significativo nível de organização e a ocorrência de experimentações, ainda que tenha havido percalços antes mesmo de as obras serem iniciadas. A seguir veremos como a vida cotidiana se desenvolve após a entrega dos empreendimentos e, no caso da vila, que não dispõe de uma clara separação entre processo de produção e de reprodução, como o cenário se modifica com o tempo.

Cotidiano atual

A partir de conversas realizadas com pessoas diretamente envolvidas no processo de produção dos três conjuntos habitacionais e da vila Eliana Silva, percebeu-se que três fatores se destacam no que tange à manutenção de uma atitude mais propensa à experiência coletiva: o tempo de existência da experiência; o estabelecimento de papéis específicos para a realização de tarefas cotidianas e a conservação das famílias e/ou pessoas originais que constituíram os empreendimentos e/ou a vila.

Quanto ao fator temporal, uma disposição ao engajamento foi observada até o ponto em que os conjuntos são "absorvidos" pela cidade. O Urucuia foi concluído em 1999 e o Villarégia em 2000, ou seja, mais de vinte anos se passaram desde a entrega dos conjuntos. Nos primeiros anos, era comum a ocorrência de festas e eventos voltados à socialização dos moradores, além de terem ocorrido mobilizações pela instalação de um centro cultural na vizinhança e por melhorias no posto de saúde da região. No RSV, entregue em 2012, festas colaborativas ainda são comuns – possível herança do processo produtivo autogestionário, além de ocasionalmente instalarem o que chamam de "rua de lazer" para as crianças. Na vila Eliana Silva, nascida em 2012, festas colaborativas também fazem parte do cotidiano, assim como assembleias de periodicidade maleável continuam a ocorrer, a depender dos assuntos a serem tratados.

Em relação ao segundo fator, referente à delegação de responsabilidades, constatou-se que o Urucuia e o Villarégia, não tendo disposto de pessoas específicas voltadas a assumir responsabilidades pelo coletivo, são as experiências menos mobilizadas. Nos primeiros sete-oito anos de existência de ambos os empreendimentos, havia a figura do síndico e esse período coincide com a realização de festas e importantes conquistas para o bairro, como a construção de um centro de referência cultural e melhorias no posto de saúde.

A existência de figuras centralizadoras, se facilita a mobilização de pessoas e o engajamento, simultaneamente parece causar dependência. Joana (2018) comenta que as famílias do Urucuia e do Villarégia se viam dependentes da ASCA-BH por um tempo:

Durante muito tempo, as famílias eram muito dependentes. Por exemplo, se não tinha água na casa dela, ela falava que era a associação que era culpada. Não era ela que tinha que ir lá resolver. (...) Porque a família era muito dependente.

A situação é similar no RSV e na vila Eliana Silva. No RSV, existe uma gestão condominial que, até 2018, era formada pelos cargos de síndico, subsíndico e conselheiros. Já na vila, como citado previamente, há uma coordenação local. Essa divisão entre duas partes distintas – gestão condominial de um lado e moradores de outro no empreendimento e, na vila, coordenação de um lado e moradores de outro – parece inviabilizar a percepção de um todo formado unicamente por moradores. Isso porque em ambas as experiências a existência seja de gestores seja de uma coordenação local implica em um controle central que, embora não intencionalmente, reforça a dicotomia dirigidos-dirigentes que Souza (2006) problematiza.

Como mencionado, coordenadores locais da vila Eliana Silva são muitas vezes também coordenadores do próprio MLB e as regras estabelecidas para o cotidiano dos moradores são elaboradas previamente pelo movimento; os moradores tornam-se cientes delas, ainda que tenham participação ativa nas assembleias. Se lembramos que a autonomia é justamente a elaboração de regras pelo corpo social que irá segui-las, temos aqui um ponto de tensão.

Pontualmente, o MLB assume responsabilidades pelo conjunto de moradores ao tomar decisões que objetivam o bem comum, como o caso da biblioteca, que nasce de uma decisão do movimento de transformar um cômodo abandonado em espaço coletivo. Uma vez que a idealização e concepção do equipamento não contou com o envolvimento dos moradores, Paulo (2018) reconhece ter sido este o motivo que fez com que moradores não se apegassem ao espaço. Situação similar ocorreu com um parquinho infantil, construído por meio de uma parceria firmada entre a coordenação do MLB e um grupo de estudantes de engenharia, cujo resultado foi o uso minguado do espaço e uma série de problemas no terreno devido à aplicação de técnicas incorretas¹⁸.

Dizer que a existência de uma coordenação local implica em reforçar a dicotomia dirigidos-dirigentes – condição contrária à ideia de autonomia – ou que o MLB não coloca as regras que permeiam o cotidiano para discussão não significa deixar de reconhecer a importância de ambos na vila. A organização da coordenação local, inclusive, é considerada imprescindível pelo grupo Praxis¹⁹. De fato, evidencia-se apenas uma situação dúbia: se, por um lado, há um nível de organização significativo a ponto de a vila dispor de moradores mobilizados, em boa parte essa mobilização é resultante de uma centralização que se afasta do ideal autônomo.

No que se refere ao terceiro fator, à rotatividade de famílias, percebe-se que a manutenção das famílias originais é uma luta não apenas da ASCA-BH nos conjuntos, mas também do MLB na vila. Nos empreendimentos, contratos de gaveta ocorrem principalmente no Urucuia e no Villarégia, o que parece indicar que o discurso político da associação não é capaz de sensibilizar a todos os envolvidos. Um real engajamento político é detectado em pessoas específicas, que se mantêm relacionadas a espaços de discussão públicos, como conselhos e conferências. O contrato do RSV não permite a venda ou o aluguel do imóvel nos cinco primeiros anos em que o morador estiver quitando o apartamento. Porém, como o financiamento do imóvel ainda não havia começado a ser quitado em 2018 por nenhum dos ocupantes, existe um impeditivo normativo que, aparentemente,

¹⁸ Extraído do blog “Eliana Silva - diálogos na comunidade Eliana Silva”. Visita 03-04.2014. Disponível em: <https://dialogoselianasilva.wordpress.com/2014/04/08/visita-03-04-2014/>. Acesso em: 30jan. 2021.

¹⁹ Extraído do blog “Eliana Silva - diálogos na comunidade Eliana Silva”. Praxis + MLB/Nacional + Peabiru – 27/08/2016. Disponível em: <https://dialogoselianasilva.wordpress.com/2016/08/29/praxis-mlbnacional-peabiru-27082016/>. Acessado em: 01 fev. 2021.

serve como inibidor da compra e/ou venda da unidade habitacional. Contudo, João²⁰ (2018) informa que, ainda assim, a prática ocorre informalmente.

Na vila Eliana Silva, a compra e venda de lotes conseguiu ser impedida nos primeiros cinco anos de existência, em decorrência de um controle bem próximo exercido pela coordenação local. A partir desse período, Paulo (2018) afirma que a coordenação não consegue mais inibir essa prática, tendo em vista que os ocupantes adquirem meios jurídicos formais de se tornarem proprietários dos lotes.

Estes foram alguns elementos identificados para problematizar as experiências de autogestão, sem, contudo, deixar de reconhecer a importância e o potencial delas. Nas considerações finais, serão discutidas algumas alternativas para contornar os entraves aqui apontados à plena autonomia.

Considerações finais

A análise do pré-morar dos empreendimentos e da vila Eliana Silva revela que a autogestão não é uma questão exatamente incentivada. Quanto à primeira tentativa de instalação da então ocupação Eliana Silva, de antemão a significativa estrutura militar envolvida no cerco estabelecido pela polícia traduzia enorme desejo de desmonte daquela situação orquestrada pelos ocupantes. Essa postura de intimidação, contudo, não é exclusiva da vila Eliana Silva; a maioria das ocupações urbanas sofre com uma tentativa de desmoralização inicial para esgarçar os ânimos das famílias.

No caso das experiências resultantes de programas institucionais, muitos foram os obstáculos encontrados desde antes do início das obras no canteiro, obstáculos que poderiam inclusive inviabilizar a concretização dos empreendimentos. Esses entraves à concretização soam ainda mais inadequados quando colocamos em perspectiva que a Política Municipal Habitacional, então concebida há pouco tempo, estimulava a modalidade “auto-gestão” no caso de processos de produção de conjuntos habitacionais (BELO HORIZONTE, 1994).

A análise do cotidiano dos empreendimentos e da vila apontou que a dependência já permeou, no caso do Urucuia e do Villarégia, ou ainda permeia, no caso do RSV e da vila Eliana Silva, relações internas. Logo, não é possível afirmar que o conceito de autogestão se materialize integralmente nas experiências tal como colocado na literatura; a idealização da supressão da divisão entre dirigentes e dirigidos ainda não foi integralmente alcançada. Se colocamos em evidência a ótica da autonomia, que pressupõe a inexistência hierárquica, torna-se bastante incompatível considerar que uma das maiores razões para que um grupo permaneça mobilizado seja a ocorrência de uma espécie de centralização da tomada de decisões. Todavia, ao optarmos por uma reflexão um tanto mais realista, a partir das experiências analisadas percebemos que essas relações são mais complexas, a ponto de compreendemos que esta condição nada mais é do que um reflexo da luta cotidiana pelo direito à cidade e à moradia na cidade capitalista, na qual a desigualdade dificulta o acesso à moradia adequada e faz com que a disputa pelos elementos básicos de urbanidade e cidadania requeira um esforço desmedido de permanente participação.

No caso da vila Eliana Silva, talvez fosse importante haver um plano de desvinculação gradativa entre moradores e movimento, para que haja espaço para um real fortalecimento da autonomia, o que implicaria em rever coletivamente as regras e os modos de agir do MLB. As assembleias já garantem um espaço de discussão e mobilização profícuo, ou seja, a estrutura de tomada de decisões já existe. Resta apenas ser utilizada de modo a permitir que o grupo de moradores se

²⁰ Nome fictício usado para identificar morador do RSV muito engajado no processo de produção do empreendimento e membro do conselho gestor do conjunto desde sua fundação. Entrevista realizada em ago. 2018.

reconheça mais independente a ponto de permitir que o MLB concentre esforços até mesmo na organização de outras ocupações.

Quanto à autogestão via produção habitacional, o momento é profícuo para o debate em Belo Horizonte. Em dezembro de 2018, o Conselho Municipal de Habitação aprovou a Resolução n.º LII – uma revisão da Política Municipal de Habitação de 1994 – e, dentre as diretrizes gerais, está a de número XII: “Estimular a adoção da autogestão em todas as linhas programáticas da PMH visando garantir o protagonismo das famílias organizadas em associações, cooperativas habitacionais ou outras organizações da sociedade civil” (BELO HORIZONTE, 2018). A ênfase dada à modalidade autogestão na PMH de 1994 em relação aos programas de produção de moradias se alarga na PMH atual, uma vez que a modalidade é prevista para todas as linhas programáticas. Resta aguardar certa distância temporal para constatar se esta diretriz será aplicada de fato.

A partir das experiências estudadas, fica claro que, para a experiência dos programas se fortalecer, cabe ao poder público flexibilizar processos internos. Idealmente, de acordo com a percepção dos entrevistados, isso significaria um órgão público de implementação da política limitando-se a fornecer os recursos necessários, ressignificando a sua fiscalização como um acompanhamento dos trabalhos, e não como uma forma de cerceamento. Ainda mais importante, significaria um órgão público executor confiando no movimento de moradia, assim como o faz com as empreiteiras.

A autogestão na produção de moradias é considerada ameaçadora ao mercado imobiliário por uma série de motivos: terras com fins especulativos nas mãos do capital privado começam a ser questionadas pelo movimento de moradia e levantadas como possibilidades de terreno para fins de moradia social; a própria moradia ganha novos contornos, superando a função de mera mercadoria – e, portanto, fonte de lucro e acumulação capitalista – para servir ao propósito primário do morar; vale, quando necessário, da força da pequena e da média empresas sem que seja preciso acionar a grande indústria da construção civil e, ainda, modifica o modo como a riqueza socialmente produzida é gerida ao tomar a direção oposta do modelo convencional de produção de habitação social, gerida pelo capital privado.

De modo ainda mais abrangente, a autogestão está na contramão de interesses dominantes: combatida pela indústria da construção civil, que se sente ameaçada quando pessoas comuns começam a produzir cidade; pela classe média, que teme compartilhar seu local de moradia com as camadas populares devido a uma eventual violência associada a elas, bem como pela possibilidade de desvalorização imobiliária de seus próprios imóveis; pelo poder público, visto que processos autogestionários implicam na readequação de uma série de fluxos e procedimentos já incorporados por um corpo técnico. Romper com esses paradigmas não é algo que se obtém de imediato. Contudo, se o resultado for o alcance de uma cidade mais justa e menos desigual, que caminha no sentido da coletividade e da colaboração, confiamos que esta luta não deve cessar.

Referências

- BELO HORIZONTE. *Resolução II*, de 01 de dezembro de 1994. Aprova a Política Habitacional para o município de Belo Horizonte. Diário Oficial do Município, Belo Horizonte, 1994.
- BELO HORIZONTE. *Resolução LII*, de 13 de dezembro de 2018. Aprova a revisão da Resolução nº II do CMH, que dispõe sobre a estrutura geral da Política Municipal de Habitação para Belo Horizonte. Diário Oficial do Município, Belo Horizonte, 2018.
- CASTORIADIS, C.; COHN-BENDIT, D. *Da ecologia à autonomia*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FERREIRA, R. A autogestão habitacional no Brasil a partir do Governo Lula: produção e agentes. In: LAGO, L. C. do (org.). *Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições*. Rio de Janeiro: Letra Capital / Observatório das Metrópoles, 2012.
- FERRO, S. *O canteiro e o desenho*. 2. ed. São Paulo: Projeto, 1982.
- GUILLERM, A; BOURDET, Y. *Autogestão: uma mudança radical*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- KAPP, S.; SANTOS, A. P. B. The paradox of participation: a case study on urban planning in favelas and a plea for autonomy. *Bulletin of Latin American Research*, v. 31, n. 2, 2012, p. 160-173.
- LOURENÇO, T. C. B. *Cidade ocupada*. 2014. 232 fl. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- MORAIS, L. M. M. de. *Do canteiro ao cotidiano: o legado de processos autogestionários de produção de moradias em Belo Horizonte*. 2019. 266 fl. Dissertação (Mestrado em Organização do Espaço) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. 5ª edição. 3ª Reimpressão. São Paulo: Centauro, 2011.
- SILVA, M. M. de A. *Água em meio urbano, favelas nas cabeceiras*. 2013. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SOUZA, M. L. de. *A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- SOUZA, M. L. de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.